

## ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES HISTÓRICAS ENTRE FASCISMO E AMERICANISMO

SOME CONSIDERATIONS ABOUT THE HISTORICAL RELATIONSHIPS BETWEEN FASCISM AND  
AMERICANISM

ALGUNAS CONSIDERACIONES SOBRE LAS RELACIONES HISTÓRICAS ENTRE FASCISMO Y  
AMERICANISMO

Leandro Galastri\*

- 1

**RESUMO:** o objetivo deste artigo é revisitar traços básicos do fascismo e do americanismo/fordismo no que concerne às relações gerais de força entre as classes sociais em presença nos respectivos processos históricos; para isso, o texto procura assimilar a perspectiva metodológica que acompanha o desenvolvimento diacrônico do pensamento de Gramsci nos Cadernos do Cárcere, ao longo do qual a metáfora “arquitetônica” da dicotomia entre “estrutura” e “superestrutura” resulta superada em favor da dialética relação de forças aludida acima.

**PALAVRAS-CHAVE:** Fascismo. Americanismo. Fordismo. Gramsci. Estrutura-superestrutura.

**ABSTRACT:** the aim of this article is to revisit basic traits of fascism and Americanism/Fordism with regard to the general power relations between social classes present in their respective historical processes; for this, the text seeks to assimilate the methodological perspective that accompanies the diachronic development of Gramsci's thought in Prison Notebooks, along which the “architectural” metaphor of the dichotomy between “structure” and “superstructure” is overcome in favor of the dialectical relationship of forces alluded above.

**KEYWORDS:** Fascism. Americanism. Fordism. Gramsci. Structure-superstructure.

**RESUMÉN:** objetivo de este artículo es revisar los rasgos básicos del fascismo y el americanismo / fordismo en relación con las relaciones generales de fuerza entre las clases sociales presentes en sus respectivos procesos históricos; para ello, el texto busca asimilar la perspectiva metodológica que acompaña el desarrollo diacrónico del pensamiento de Gramsci en los Cuadernos de la Cárcel, a lo largo de la cual se supera la metáfora “arquitectónica” de la dicotomía entre “estructura” y “superestructura” en favor de la relación dialéctica de fuerzas aludidas anteriormente.

**PALABRAS CLAVE:** fascismo. Americanismo. Fordismo. Gramsci. Estructura-superestructura.

## INTRODUÇÃO

O propósito deste texto é chamar a atenção para algumas pistas metodológicas da análise gramsciana dos fenômenos do americanismo/fordismo e do fascismo para, na sequência da linha de raciocínio e com base nessas pistas, ordenar uma demonstração, ainda que parcial e sucinta, de como aqueles dois fenômenos históricos estão vinculados e articulados em vários níveis de relações de força classistas, presentes em dimensões nacionais e internacionais da luta de classes do começo do século XX. Primeiro, assumirei como pressuposto a superação, por parte da Gramsci, da dicotomia arquitetônica “estrutura” e “superestrutura” em favor da concepção dialética de um conjunto de “relações de força”. A seguir, tratarei das análises sobre o americanismo e o fascismo e de como se tornam mais compreensíveis e contemporâneas à luz daquele pressuposto.

## “ESTRUTURA”, “SUPERESTRUTURA”, RELAÇÕES DE FORÇA

Do título desta seção se poderia propor a questão de se o americanismo e o fascismo seriam diferentes formas “superestruturais” de um mesmo conteúdo “estrutural”, diferentes expressões “subjetivas” de uma mesma “objetividade” material, enfim, formas diferentes da relação entre “estrutura” e “superestrutura”, traduzindo uma mesma tendência histórica de reconstituição hegemônica burguesa. Ao tratar do termo “superestrutura” na obra de Marx como uma metáfora, por exemplo, o crítico literário marxista Ludovico Silva o opõe ao status de explicação científica “acabada”, significado assumido erroneamente, segundo ele, por parte da tradição marxista. Em Marx, “como em qualquer outro autor de teorias científicas, é absolutamente impossível separar cirurgicamente os *signos* dos *significados* [...] ou a ‘forma’ do ‘conteúdo’” (SILVA, 2012, p. 49). Em sua obra, Marx abandonaria a metáfora quando passa a explicar em detalhes as formações ideológicas e suas relações com a estrutura social:

Marx sabia o que os marxistas parecem ignorar: que uma coisa é apresentar esquematicamente uma teoria recorrendo a algumas metáforas ilustrativas e outra, muito diferente, é explicar científica e positivamente esta teoria. Marx estava em seu pleno direito de escritor quando empregava ocasionalmente metáforas no sentido mencionado, precisamente porque sua obra não se reduzia a puras metáforas (SILVA, 2012, p. 52).

Assim, boa parte do “determinismo” e do “esquematismo” que os teóricos burgueses julgam identificar em Marx proviriam justamente desse tipo de confusão, que teria sido alentada por quem, no próprio âmbito do marxismo, transformou a ideia de “superestrutura” em teoria científica.

Sabe-se que, ao empregar a dicotomia metafórica “estrutura” e “superestrutura”, Gramsci conduz a discussão para um momento que supera a sugestão economicista que ela contém. A partir da leitura do prefácio de Marx à “Contribuição à Crítica da Economia Política”, ou o “Prefácio de 1859”, ele deixa progressivamente para trás tal relação, em direção a um nível político geral de relações de forças políticas classistas, traduzindo a linguagem histórico-política de seu tempo para os termos dialéticos da filosofia da práxis. Lembra Cospito (2000, p.104) que, já em 1930, em conversas com seus companheiros de prisão, Gramsci, para romper com aqueles que acusariam o marxismo de mecanicismo, fatalismo, determinismo econômico, etc., sugeria que não se falasse mais em “estrutura” e “superestrutura”, mas apenas em “processo histórico”, do qual todos os fatores fariam parte. Ainda segundo Cospito (2016, p.71), Gramsci alcança a “definitiva superação” dessa dicotomia no parágrafo 42 do Caderno 8 [b] ao remeter a relação “estrutura” e “superestrutura” ao processo classificatório das espécies animais. A passagem de Gramsci é a seguinte, redigida entre fevereiro e março de 1932<sup>2</sup>:

O conceito de estrutura e superestrutura, pelo que se diz que a “anatomia” da sociedade está constituída por sua “economia”, não estará ligado às discussões

surgidas a propósito da classificação das espécies animais, classificação que entrou em sua fase “científica” precisamente quando se tomou como base a anatomia e não características secundárias e acidentais? A origem da metáfora utilizada para indicar um conceito recém-descoberto ajuda a compreender melhor o conceito mesmo, que é referido ao mundo cultural e historicamente determinado no qual surgiu (GRAMSCI, 2001, p. 1065).

Mais adiante, em texto de maio do mesmo ano, no parágrafo 75 do Caderno 8[b]<sup>3</sup>, Gramsci afirmará que

A história não é ciência natural, e seu fim não é classificar; portanto, a referência às ciências naturais e à necessidade de uma “anatomia” da sociedade não era mais que uma metáfora e uma tentativa de aprofundar as investigações metodológicas e filosóficas (GRAMSCI, 2001, p. 1091).

Na opinião de Cospito (2000, p.100), Gramsci já estaria refinando o tratamento da questão relativa às relações entre “estrutura” e “superestrutura” quando analisa a crise econômica de 1929, ao considerar que se trataria de um processo com possibilidade de várias definições, sendo-lhe impossível apontar uma única causa. Seria, para Gramsci, um processo com múltiplas manifestações, cujas causas e efeitos estariam entrelaçados (COSPITO, 2000, p. 141). Tais observações de Gramsci forneceriam duas importantes conclusões gerais, a saber, que a crise de 1929, ao não provocar a esperada derrocada final do capitalismo, contribuiria para estimular nele a refutação de uma relação estreitamente causal entre “estrutura” e “superestrutura” e, finalmente, que tal refutação significaria, na realidade, negar a própria imagem de uma “base” sobre a qual se elevaria uma determinada superestrutura destinada a ruir no momento da desorganização daquela base. Daí a necessidade de se superar o próprio postulado do problema nos termos de tal relação binária e esquemática.

Ainda de acordo com as pesquisas de Cospito (2016), é ao longo do ano de 1932, principalmente no primeiro semestre, que Gramsci leva a cabo a superação definitiva da dicotomia, ou “metáfora arquetônica”, entre “estrutura” e “superestrutura”:

Depois disso, como já vimos anteriormente, no pensamento de Gramsci o nexo entre teoria e práxis se resolve definitivamente, e aquilo que nesse meio tempo se tornou o problema das ‘relações de força’ é então considerado apenas do ponto de vista de quem, a partir de sua análise, quer deduzir uma linha de ação em cada ocasião (“uma iniciativa da vontade”, dirá significativamente no Caderno 13, §17), na perspectiva da inversão dessas relações a favor das classes subalternas (COSPITO, 2016, p. 255).

Em minha opinião, a análise gramsciana do fenômeno americanista e fordista (com redação final no Caderno 22, de 1934) evidencia essa indissociabilidade orgânica entre as instâncias da “estrutura” e da “superestrutura” que, tal como ocorre com relação ao fenômeno do

fascismo, fica demonstrada pelo estudo de uma série de reações, apresentadas pelo capital, à queda tendencial da taxa de lucro, tendo como alvo principal a classe operária.

## FASCISMO

Refletindo sobre os pré-requisitos para o processo de “americanização” da Itália no sexto parágrafo do Caderno 22, Gramsci afirma que as exigências para isso seriam “um determinado ambiente, uma determinada estrutura social (ou a decidida vontade de criá-la) e um determinado tipo de Estado [...], o Estado liberal [...], no sentido mais fundamental da livre iniciativa e do individualismo econômico”. Na verdade, trata-se do individualismo econômico já transformado em “regime da concentração industrial e do monopólio”. Não é, segundo Gramsci, o que se verifica na Itália do contexto histórico em que escreve. Ao contrário, ele destaca a existência de uma prática de “polícia econômica”, ou seja, de coerção direta contra as organizações da classe operária, elemento negativo que prepondera sobre “o elemento positivo da exigência de uma nova política econômica que renove, modernizando-a, a estrutura econômico-social da nação, ainda que nos quadros do velho industrialismo”. Além disso, ou justamente por isso, a orientação do corporativismo (fascismo) estaria funcionando para sustentar posições ameaçadas das classes médias, criando ocupações de novo tipo, administrativas e não produtivas, para os desocupados das classes médias, novos estratos de acumulação parasitária da poupança nacional. A sustentação que o fascismo obtém dessas classes se origina e se mantém pela ameaça do desemprego: “A orientação corporativa depende também do desemprego: defende para os que estão empregados certa condição mínima de vida que, se houvesse livre concorrência, também colapsaria, provocando grave convulsão social” (GRAMSCI, 2001, p. 2157).<sup>4</sup>

O fascismo, portanto, além de ser reação anti-operária, é também instrumento de modernização paulatina do aparelho produtivo italiano, sem provocar movimentos sociais de proporções catastróficas e, mais concretamente,

um instrumento com duas faces: de defesa das camadas médias e de reestruturação capitalista e financeira; isto é, uma forma de organização social e política burguesa que repete dentro de si, tentando mediá-las, as contradições gerais do capitalismo italiano (DE FELICE, 1978, p. 233).

Se assim era, de que forma a “orientação corporativa”, ou seja, o fascismo, poderia promover o necessário processo de transformação fordista das forças produtivas italianas, sem causar “grave convulsão social”, ou contendo-a? Justamente por meio do já citado elemento de “polícia econômica” e também por um processo lento e gradual, por meio de “etapas lentíssimas, quase imperceptíveis, que modifiquem a estrutura social sem abalos repentinos:

mesmo a criança melhor e mais solidamente enfaixada, apesar disso, se desenvolve e cresce” (GRAMSCI, 2001, p. 2158).

O fascismo, como forma de revolução passiva na Itália das décadas de 1920 e 1930, respondia a uma tendência internacional, qual seja a da reconfiguração do poder de classe do capital por meio de economias de comando, estatalmente dirigidas em seu interesse, ou que possuíssem, ao menos, elementos mínimos de “economia programática” (GRAMSCI, 2001, p.2139). A experiência e a ideologia corporativas forneceram uma contribuição decisiva para a reconstituição do aparelho hegemônico das classes dominantes na Itália, articulando “governo das massas e governo da economia [...] O corporativismo seria o instrumento por meio do qual se realiza essa ‘economia média’ e, como tal, a sua avaliação não pode ser separada da análise do americanismo” (DE FELICE, 1978, p. 237).

Como resultado de um processo que consolida determinada relação de forças entre as classes sociais italianas, o fascismo não possui uma essência “em si”, mas uma forma, historicamente determinada, de dominação de classe. Nele, as imbricações de caráter nacional e internacional estão entrelaçadas na produção daquela relação classista de forças (SPAGNOLO, 2009, p. 294). Gramsci, partindo das considerações de caráter metodológico, não orgânico, das já aludidas relações entre “estrutura” e “superestrutura”, esmiúça o fenômeno do fascismo em três níveis principais:

como ideologia que pretende eliminar o conflito de classes por meio da hipóstase da nação; como cânone ou forma de domínio, para a gestão da completa transformação social e antropológica da sociedade camponesa-industrial para a industrial de massa; como produto de uma inteira fase histórica aberta pela “crise orgânica” do capitalismo (SPAGNOLO, 2009, p. 294)

Daí que o fascismo se desenvolve como forma histórica específica, na Itália, da hegemonia conservadora vigente, como traço universal, nos países em que o sistema capitalista tinha sido introduzido sob orientação e controle reacionários (trata-se do nexo revolução-restauração como forma de revolução passiva). Essa particularidade histórica remete ao fato do movimento fascista ter sido um dos poucos, se não o único, a escapar da crise de representação que se abate sobre o Estado liberal após a primeira guerra: “Em cada país o processo é diverso, embora o conteúdo seja o mesmo. E o conteúdo é a crise de hegemonia da classe dirigente” (GRAMSCI, 2001, p. 1603).

No que concerne ao conteúdo “universal” da transição para uma sociedade industrial de massa, o fascismo representa uma forma autoritária de governo na qual perdem importância as mediações institucionais na luta entre os grupos sociais. Em outras palavras, “o fascismo é expressão da militarização do enfrentamento de classe ocorrido de 1917 em diante (...), modo de condução da ‘guerra de posição’ internacional contra a classe operária depois da derrota da

fase revolucionária” (SPAGNOLO, 2009, p. 296). Assim, em termos de correlação de forças políticas de classes, a análise que Gramsci faz seja do fascismo, seja do americanismo, é a refutação da ideia do “colapso inevitável” do capitalismo, ao mesmo tempo em que reflete sobre os novos espaços políticos abertos pela crise internacional.

## AMERICANISMO

Gramsci inicia a redação do Caderno 22 afirmando que o americanismo e o fordismo resultam da “necessidade imanente de se chegar à organização de uma economia programática” (GRAMSCI, 2001, p.2139). Dado que a característica “programática” requer elementos de intervenção do Estado na economia (justamente princípios de regulação para lidar com as crises do capital), fica patente aqui uma manifestação prática da impossível distinção, na vida real, orgânica, entre as dimensões da “estrutura” e da “superestrutura”, economia e política, sociedade civil e sociedade política. Outra demonstração dessa indistinção na realidade efetiva da vida é ainda o fato de que o próprio “liberismo”, liberalismo econômico, é uma imposição estatal, “introduzido e mantido por via legislativa e coercitiva, é um fato de vontade consciente dos próprios fins e não expressão espontânea, automática, do fato econômico” (GRAMSCI, 2001, p. 1590). Em palavras mais incisivas, afirma Gramsci que “na vida histórica concreta, sociedade política e sociedade civil são uma mesma coisa” (GRAMSCI, 2001, p. 460).

O elenco das questões abordadas dão a ideia da abrangência do fenômeno tratado no Caderno 22, projetado mesmo como modo de vida: substituição da atual camada plutocrática por novo mecanismo de acumulação baseado na indústria; questão sexual; questão de saber se o americanismo pode constituir uma revolução passiva; questão da racionalização da composição demográfica europeia; questão de saber se o desenvolvimento deve partir do mundo industrial ou se pode ocorrer a partir de fora, a partir da coerção de uma estrutura jurídica formal; os altos salários pagos pela indústria de Ford; fordismo como tentativa de superação da lei tendencial da queda da taxa de lucro; psicanálise como reação ao aumento da coerção moral; o papel do Rotary Club e da maçonaria (GRAMSCI, 2001, p. 2140).

Não seria equivocado sugerir que, em termos gerais dos problemas colocados pelo elenco acima, se trata de necessidades estratégicas de todo processo de “reestruturação produtiva”, que tem como principais objetivos a reversão da queda tendencial da taxa de lucro e a desorganização das classes trabalhadoras, mais do que necessidades diretamente técnicas da produção. Baratta, por exemplo, salienta que, para Gramsci, o sentido técnico do americanismo está em procurar os meios e métodos capazes de aumentar a margem da mais-valia, promovendo um ritmo acelerado no processo da produção (Baratta, 2004, p.146). É

pertinente aqui lembrarmos, também, da passagem em que Gramsci afirma não ser possível negligenciar o fato de que

a orientação corporativa não teve origem nas exigências de uma transformação das condições técnicas da indústria, nem mesmo daquelas de uma nova política econômica, mas sobretudo das exigências de uma polícia econômica, exigências agravadas pela crise de 1929 e que ainda estão em curso” (GRAMSCI, 2001, p. 2156).

Além disso, ocorre na “América” uma combinação da força (destruição do sindicalismo) com a persuasão (altos salários, benefícios sociais, hábil propaganda ideológica e política) (GRAMSCI, 2001, p. 2145). O capital lida então com a necessidade de elaborar novo tipo humano para a racionalização da produção. Trata-se da fase da adaptação “psicofísica” à nova estrutura industrial<sup>5</sup>, em que o puritanismo religioso se torna ideologia (e coerção) oficial de Estado. O puritanismo no fenômeno americano é esforço inaudito para a criação de um novo tipo de homem, ou novo tipo humano de trabalhador (GRAMSCI, 2001, p. 2165). Nesse sentido, o puritanismo torna-se função do Estado (inicialmente em bases coercitivas) porque sua universalização enquanto prática hegemônica (predominantemente consensual) é necessária.

O puritanismo é a expressão ideológica (e, como tal, constituidora do real), é a metamorfose da disciplina fabril na vida cotidiana do operário e sua família. Tornada função de Estado, é oficialmente a concepção de mundo dominante. E assim precisa ser, porque “os novos métodos de trabalho são indissociáveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida: não se pode obter sucesso em um campo sem obter resultados tangíveis no outro” (GRAMSCI, p. 2164).

Mas “a hegemonia começa na fábrica”, nos lembra Gramsci (2001, p. 2146). É no interior da fábrica que o consenso precisa, primordialmente, tornar-se efetivo, é lá que os trabalhadores, diante das máquinas, precisam estar convencidos a operá-las, a manter o suporte estrutural da sociedade de massas, ou seja, sua produção. Trata-se, também, de sua inserção no consumo de massa, ao mesmo tempo em que são convencidos a integrar a produção de massa. Esta é a base material do consentimento, completada pela concepção ideológica americanista e garantida pela força física da sociedade política que, ao mesmo tempo, dismantela os sindicatos operários. Assim o taylor/fordismo assegura a estabilidade da rotina fabril e o americanismo, alçado a modo de vida, assegura o consenso.

Na perspectiva gramsciana, como se demonstra pelo estudo do americanismo, ideologia e força física são necessárias e interdependentes ao longo do processo de produção e reprodução da dominação capitalista. A primeira é imprescindível, pela necessidade de se criar um conjunto de valores que cuide da justificação incessante dessa maneira específica de

organizar a produção em sociedade. A segunda atende à simples e óbvia necessidade do embate físico em momentos de crise ou desagregação daqueles sistemas de valores e produção, momentos em que o equilíbrio deve ser restabelecido mediante uma relação de forças desfavorável às classes subalternas.

De toda forma, permanece indicada a dialética que conforma as relações entre “estrutura” produtiva e “superestrutura” político-ideológica. Baratta (2004) sustenta que Gramsci introduz, no âmbito da cultura, conceitos e níveis de análise inaugurados por Marx no estudo do processo produtivo:

[Gramsci] examina a estrutura econômica e de luta de classe da cultura, enquanto encontro-choque de indivíduos e grupos, nações ou áreas territoriais em múltiplos níveis<sup>6</sup>. O nexos cultura-hegemonia ficaria incompreensível se não fosse iluminado pelo nexos cultura-produção” (BARATTA, 2004, p. 147).

Lembra aqui também o autor, remetendo a Cospito (2000), que o par terminológico “estrutura-superestrutura” não é adequado à complexa relação entre economia e cultura à qual os termos se referem. Nessa mesma linha de raciocínio, o “fordismo representa para Gramsci a *extensão* e generalização do taylorismo a *todo* o trabalho e modo de trabalhar dos ‘tempos modernos’” (BARATTA, 2004, p. 161). Os trabalhadores submetidos ao modelo fordista de produção sofrem tal coerção também sobre seus modos de viver e de pensar. O taylorismo, em seu sentido mais geral, torna-se aplicável não apenas aos trabalhos manual e intelectual, mas também à vida social dos indivíduos.

Como já registrado acima, no §1 do Caderno 22 Gramsci enumera uma série de problemas a serem analisados naquele item. A quinta questão elencada é particularmente interessante para o que se refere à análise das relações entre “estrutura” e “superestrutura” em seu pensamento, qual seja se o “desenvolvimento deva ter o ponto de partida no interior do mundo industrial e produtivo ou possa ocorrer a partir de fora, pela construção cautelosa e maciça de uma estrutura jurídica formal(...)” (GRAMSCI, 2001, p. 2140).

A racionalização da produção necessita da participação do Estado, por meio de “transformações jurídicas já ocorridas”. Com a ajuda dessa dimensão ela atende a certas características necessárias, como: o engajamento de toda a população em alguma atividade produtiva, sem a existência de “classes parasitárias”; a acumulação eficaz e abundante, decorrente da característica anterior e da possibilidade de organizar tal população em verdadeiros exércitos produtivos; a assimilação dessas massas de produtores na lógica de consumo do sistema social assim organizado, obtendo desta forma o consentimento necessário para a sua própria reprodução enquanto sistema econômico e ideológico, o que garante, por sua vez, a possibilidade de produção e reprodução da formação social em questão.

Todos esses processos visam, portanto, a disciplina do produtor dentro e fora da fábrica. Neste segundo âmbito, um dos aspectos mais emblemáticos da tentativa de se forjar um novo trabalhador adaptado às necessidades da produção é a repressão sexual, comentada longamente por Gramsci em seus aspectos mórbidos, sugerindo mesmo que o próprio surgimento da psicanálise seria uma reação a tal modalidade de opressão (GRAMSCI, 2001, p. 2140)<sup>7</sup>. A repressão sexual é apenas um dos indícios de que uma nova forma produtiva requer ajustes na concepção de mundo de um determinado bloco histórico, e o trabalho de imposição desse ajuste cabe, em última análise, ao Estado, que acaba tornando oficial determinada ideologia das classes proprietárias.

Fordismo e americanismo encontram-se em relação inseparável, indissociável. O primeiro representa uma “forma particularmente desenvolvida de organização do trabalho na fábrica”, enquanto o segundo expressa “a forma das relações sociais e humanas” reciprocamente vinculada ao primeiro: “a experiência americana constitui (...) o ponto mais alto da revolução passiva com a qual se confrontar e fixa o nível da resposta que o movimento operário deve elaborar na sua luta pela hegemonia (DE FELICE, 1978, pp.247, 249).

É no sentido acima indicado que Gramsci propõe a assimilação crítica e a superação do método de Ford a partir da práxis operária. O equilíbrio psicofísico necessário para as novas formas de trabalho poderá se tornar interno se for proposto pelo próprio trabalhador, por uma nova forma de sociedade, com meios apropriados e originais (GRAMSCI, 2001, p.2166). É de se perceber também que, nas passagens em que Gramsci alude à possibilidade de controle da produção e criação de autodisciplina pelos trabalhadores, ele está, na verdade, se referindo à experiência do *Biennio Rosso* italiano e, especificamente, ao processo de ocupação de fábricas em setembro de 1920. Um exemplo emblemático disso é quando afirma que, no bloco industrial produtivo, o elemento técnico deveria se sobrepor ao elemento capitalista:

No bloco industrial-produtivo, o elemento técnico – direção e operários – deveria predominar sobre o elemento “capitalista” no sentido mais “mesquinho” da palavra, ou seja, a aliança entre capitães de indústria e pequenos burgueses poupadores deveria ser substituída por um bloco de todos os elementos diretamente eficientes na produção, que são os únicos capazes de se reunir em sindicato e, portanto, de constituir a corporação produtiva (GRAMSCI, 2001, p. 2155).

No trecho acima, Gramsci parece considerar estratégica a apropriação comunista da técnica taylorista. Logo na sequência, ele lembra que, nos eventos do *Biennio Rosso*, foram exatamente os operários que trouxeram as exigências de modernização das técnicas produtivas, reivindicação que lhes foi rapidamente anulada e apropriada pela classe industrial. Subjacente a essas reflexões, pulsa o projeto político-cultural gramsciano de produção dos intelectuais orgânicos do proletariado. Em outras palavras, a tarefa de

desenvolvimento de uma pedagogia revolucionária, que deve ser capaz de formar quadros intelectuais compatíveis com os desafios encontrados pelos coletivos operários na produção fordista de massa.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao comentar o primeiro discurso de Mussolini na Câmara dos Deputados, Gramsci afirma que aquele “encenador de golpes de mão” faz história apenas aparentemente, encontrando-se no topo de “uma construção que é mantida de pé por um poderoso sistema de forças reais”, de caráter não apenas italiano, mas “comum a todos os países”. Sem possuir a capacidade de articular cada investida de violência, apenas aparentemente revolucionária, sem saber nem poder construir sua aparente revolta em uma sequência de transformações sociais históricas, o fascismo assume a função de um blanquismo reacionário contra a resistência operária (GRAMSCI, 1967, p. 205). Aquele “sistema de forças reais (...) comum a todos os países”, aludido por Gramsci, sugere que o fascismo é fenômeno particular da transposição do taylorfordismo/americanismo para a Itália. É, nesse país, a expressão dessa tendência universal naquele contexto histórico, buscando constituir como processo orgânico a articulação de um determinado rearranjo regressivo das forças produtivas com um modo de vida específico. Mantendo-se o pressuposto óbvio de que um fenômeno histórico nunca se repete de forma idêntica em todas as suas mediações e consequências, o estudo minucioso do americanismo e do fascismo pode fornecer pistas importantes sobre as crises políticas e sociais da reestruturação produtiva pós-fordista e neoliberal dos últimos cinquenta anos, bem como sobre a forte ascensão recente de governos de extrema direita e as diferentes formas de subversivismos reacionários que os sustentam.

## REFERÊNCIAS

BARATTA, Giorgio. **As rosas e os Cadernos**: o pensamento dialógico de Antonio Gramsci. Tradução de Giovanni Semeraro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

COSPITO, Giuseppe. **El ritmo del pensamiento de Gramsci**: una lectura diacrónica de los *Cuadernos de la cárcel*. Traducción de Juan Jorge Barbero. Buenos Aires: Continente, 2016.

COSPITO, Giuseppe. Struttura e sovrastruttura nei “Quaderni” di Gramsci. **Critica marxista**, n. 3-4, maggio-agosto 2000, pp.98-107.

DE FELICE, Franco. Revolução passiva, fascismo, americanismo em Gramsci. In: FERRI, Franco (org.). **Política e história em Gramsci**, V.1. Tradução de Luiz Mário Gazzaneo. Rio de Janeiro: Civ. Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. **Quaderni del cárcere** (4 vol.). Edizione Critica a cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Socialismo e fascismo: L'Ordine Nuovo 1921-1922**. Torino: Giulio Einaudi, 1967.

SILVA, Ludovico. **O estilo literário de Marx**. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

SPAGNOLO, Carlo. Fascismo. In: LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale (a cura di). **Dizionario gramsciano (1926-1937)**. Roma: Carocci, 2009, pp. 293-297.

TOGLIATTI, Palmiro. **Lições sobre o fascismo**. Tradução de Maria T. L. Teixeira. São Paulo: Liv. Ed. Ciências Humanas, 1978.

## NOTAS

\* Professor Livre-docente de Ciência Política da Unesp-Marília. E-mail: leandro.galastri@unesp.br

<sup>1</sup> **Submetido em:** DD/MM/ANO – **Aceito em:** DD/MM/ANO (Não preencher)

<sup>2</sup> A referência citada por Cospito - §42 Caderno 8 [b] - pertence à Edição Nacional dos escritos completos de Gramsci, atualmente em preparação na Itália e que já possui os primeiros volumes publicados. A mesma passagem está reproduzida no §207 do Caderno 8 da primeira edição dos escritos completos do cárcere, organizada por Valentino Gerratana e publicada em 1975. Aqui utilizo a reimpressão de 2001. Limito-me a citar a página desta edição.

<sup>3</sup> Reproduzido também em §240 do Caderno 8 da edição Gerratana.

<sup>4</sup> Já no artigo *I due fascismi*, publicado no *L'Ordine Nuovo* em agosto de 1921, Gramsci distingue duas frações no movimento fascista, a rural (“formada por grandes e médios proprietários rurais e pelos próprios colonos, interessados na luta contra os camponeses pobres e suas organizações”) e a urbana (“pequenos burgueses, constituídos principalmente por parlamentares e colaboracionistas”). A segunda, liderada por Mussolini, era justamente a que contava com apoio das “camadas médias, empregados, pequenos comerciantes e industriais” (GRAMSCI, 1967, pp. 298-299). Togliatti, da mesma forma, lembrará a heterogeneidade originária do fascismo como movimento. Reafirma as diferenças entre o fascismo urbano e o rural, salientando que, neste último, “o proprietário rural interveio imediatamente, como elemento de organização (...). Os proprietários rurais deram a forma de organização ‘esquadrista’ e os industriais aplicaram-na em seguida nas cidades” (TOGLIATTI, 1978, pp. 11-12).

<sup>5</sup> Aqui, o paralelo com o Cap. XXIV d’*O Capital* de Marx é evidente, principalmente com a descrição, por este, das “leis sanguinárias” na Inglaterra, a expulsão dos camponeses por meio dos processos brutais dos “cercamentos” e toda a tragédia que conforma a história da formação da classe operária descrita na obra prima de Marx.

<sup>6</sup> Exemplo disso é o desdobramento que Baratta faz da questão do “Americanismo e fordismo” em taylorismo e fordismo, Norte e Sul, e Europa-América...

<sup>7</sup> Cf. também: “Os instintos sexuais são os que têm sofrido a maior repressão por parte da sociedade em desenvolvimento; o seu ‘regulamento’, por conta das contradições a que dá lugar e pelas perversões que se lhe atribuem, parece o mais ‘não-natural’, daí mais frequentes nesse campo os apelos à ‘natureza’. Também a literatura ‘psicanalítica’ é um modo de criticar a regulação dos instintos sexuais de forma às vezes ‘iluminista’, com a criação de um novo mito do ‘selvagem’ sobre a base sexual (inclusive as relações entre pais e filhos)” (Gramsci, p. 2147-2148). Refletindo sobre a questão sexual, Gramsci põe em relevo suas duas características: de “esporte”, ou o que podemos entender aqui o sexo pelo prazer, e de função reprodutiva. A primeira seria vista pelo capitalista como responsável pelo dispêndio “desnecessário” de energia do trabalhador, pois tratar-se-ia de uma prática sexual normalmente localizada para além da esfera conjugal, o que, além da energia empregada no próprio ato, lhe demandaria o tempo e a energia dispendidos num encontro que se dá fora do círculo familiar. (Gramsci, p. 2148-2149). A segunda função possuiria um caráter notadamente econômico, mantendo uma certa proporção desejável entre a população de jovens e de velhos em um determinado país ou região. Com relação às duas funções da “questão sexual”, seguem postos problemas relativos à manutenção da hegemonia do sistema fabril. Para ambos os casos é necessário, para o capital, estabelecer uma nova ordem ético-civil entre as classes subalternas. Ou seja, é necessária uma nova regulamentação para o comportamento sexual, bem como a instituição de uma nova ética que fundamentasse tal regulamentação.

*Recebido em 24 de novembro de 2021*

*Aceito em 24 de novembro de 2021*

*Editado em novembro de 2021*